

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo noticiado pelo Porto Canal, a empresa Efacec tem a sua produção praticamente parada por falta de meios financeiros para pagar aos seus fornecedores. Esta situação deriva das dificuldades da empresa no acesso a instrumentos financeiros. E apesar das dificuldades financeiras da empresa, que no primeiro semestre de 2021 registou um EBITDA negativo de 15,5 milhões de euros, a administração liderada por Ângelo Ramalho decidiu nomear 22 novos diretores, alguns deles para áreas inexistentes. A atual administração decidiu ainda renovar a frota automóvel dos diretores gerais e restantes diretores, comprando viaturas cujo preço unitário, em alguns casos, atinge os 70 mil euros. Recorde-se ainda que, em 2019 e 2020, a empresa apresentou prejuízos de 100 milhões de euros. No relatório de contas, a empresa afirma que “2020 terá sido talvez o ano mais desafiante ao longo de 72 anos de história”.

Estas decisões são por isso incompreensíveis e revelam uma gestão pouco rigorosa e desconetada das reais necessidades financeiras da empresa. Enquanto decorre o processo de reprivatização de 71,73% da Efacec Power Solutions, a administração da PARPÚBLICA, sociedade de capitais exclusivamente públicos, detentora da maioria do capital da Efacec, deve vir esclarecer quais foram os critérios de gestão que fundamentam as decisões tomadas pela atual administração liderada por Ângelo Ramalho. Exigimos, portanto, mais transparência e rigor numa empresa que neste momento se encontra na esfera empresarial do Estado.

Para o Bloco de Esquerda a Efacec tem um papel estratégico na economia portuguesa. Falamos de uma empresa com cerca de 2600 trabalhadores e reconhecida ao nível da sua capacidade de inovação tecnológica e competências técnicas que têm vindo a adquirir ao longo dos anos.

Também por isso sabemos que a manutenção da EFACEC passa pela salvaguarda do interesse nacional por via do controlo de sectores estratégicos para a economia. E sabemos que ao longo do tempo as gestões privadas têm-se demonstrado gravosas não só para o erário público, mas também para milhares de trabalhadores que se vêm em situação de insegurança durante muito tempo e com direitos diminuídos. Por isso defendemos a nacionalização da Efacec como forma

de assegurar a manutenção de um sector altamente competitivo e especializado, colocando a capacidade produtiva ao serviço do interesse nacional, protegendo os salários e os direitos dos trabalhadores.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia e da Transição Digital, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação?
2. Está o Governo disponível para, junto da Administração da PARPÚBLICA, vir esclarecer quais foram os critérios de gestão que fundamentaram as decisões de nomeação de 22 novos diretores e a renovação da frota automóvel do corpo diretivo, tendo em conta as dificuldades financeiras na linha produção que a empresa atualmente enfrenta?
3. Considerando a importância estratégica da EFACEC para a economia nacional e considerando as declarações do Primeiro Ministro sobre nacionalizações de empresas estratégicas (como, por exemplo, a TAP), pondera o Governo adquirir o controlo público da empresa e sua integração no Sector Empresarial do Estado?

Palácio de São Bento, 3 de novembro de 2021

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)